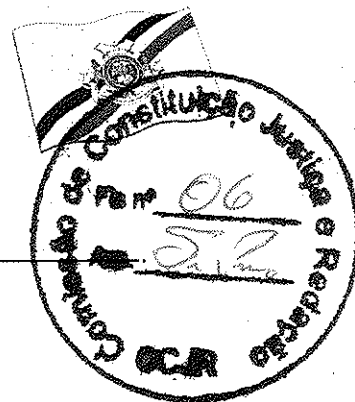




## PODER LEGISLATIVO

Comissão de Constituição, Justiça e Redação da  
Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas  
Deputado Estadual Orlando Cidade - RELATOR



PARECER N.º \_\_\_\_\_/2017.

**PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/2017**

**PROPONENTE: Deputado SINÉSIO CAMPOS**

**RELATOR: Deputado ORLANDO CIDADE**

**ACRESCENTA** o artigo 38-A, §§ 1º e 2º à  
Constituição do Estado do Amazonas (Portal  
para consulta à legislação estadual).

### **I – RELATÓRIO:**

O Deputado SINÉSIO CAMPOS apresenta a Proposta de Emenda Constitucional nº 10/2017, que ACRESCENTA o artigo 38-A, §§ 1º e 2º à Constituição do Estado do Amazonas (Portal para consulta à legislação estadual).

Vindo os Autos à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para análise de sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade nos termos do art. 27, I, alínea “a”, do Regimento Interno, passo a fazê-lo, na qualidade de Relator, na tentativa de instruir o posicionamento a ser adotado por seus membros e, posteriormente, a decisão do Plenário.

É o relatório.



## PODER LEGISLATIVO

Comissão de Constituição, Justiça e Redação da  
Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas  
Deputado Estadual Orlando Cidade - RELATOR



### II – FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Emenda Constitucional sob análise ACRESCENTA o artigo 38-A, §§ 1º e 2º à Constituição do Estado do Amazonas (Portal para consulta à legislação estadual).

Conforme disposto no artigo 32, inciso I da Constituição do Estado do Amazonas, a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa.

A presente propositura está subscrita pelo Proponente e mais onze Deputados Estaduais, o que representa mais de um terço dos membros da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, que é composta por 24 parlamentares.

O objetivo da presente Emenda Constitucional é o de dar transparência a todo material legislativo produzido no Estado do Amazonas, respeitando-se assim o princípio da publicidade na administração pública.

Do ponto de vista da admissibilidade jurídica, a propositura em questão atende aos requisitos necessários.

Destarte, não se encontram óbices a sua tramitação, nos aspectos que cabem a esta Comissão analisar.

Em razão do exposto, meu parecer é PELA CONSTITUCIONALIDADE da Proposta de Emenda Constitucional nº 10/2017.



## PODER LEGISLATIVO

Comissão de Constituição, Justiça e Redação da  
Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas


Deputado Estadual Orlando Cidade - RELATOR



### III – VOTO DO RELATOR

Em face de não haver óbice constitucional, a manifestação é  
**FAVORÁVEL** à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 10/2017,  
de 21 de setembro de 2017, “*ad referendum*” do Plenário.

Sala da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da  
ALE-AM, em Manaus, 19 de outubro de 2017.

  
Deputado Estadual Orlando Cidade – PTN  
Relator



ESTADO DO AMAZONAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

A Comissão de Constituição, Justiça e

201 *unanimidade*

votos *unanimidade*

*PAVOTABE*

Em *27/11/2017*

*[Signature]*

PRESIDENTE

RELATOR

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*